

Protocolo

RECIBO

Inscrição

0009413/2020

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Data: 04/12/2020 15:25:46

Impressão: 04/12/2020 15:26:34

Requerente: 000000272 - Deiró Moreira Marra

CPF: 491.320.596-04

Endereço: João Alves do Nascimento, 1452

Documentos Solicitados

021481/018 - Geral: Projeto de Lei

Protocolo

RECIBO

Inscrição

009413/2020

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Data: 04/12/2020 15:25:46

Impressão: 04/12/2020 15:26:34

Requerente: 000000272 - Deiró Moreira Marra

CPF/CNPJ: 49132059604

Endereço: João Alves do Nascimento, 1452

Documentos Solicitados

021481/018 - Geral: Projeto de Lei

Protocolo

RECIBO

Inscrição

0009413/2020

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Data: 04/12/2020 15:25:46

Impressão: 04/12/2020 15:26:34

Requerente: 000000272 - Deiró Moreira Marra

CPF/CNPJ: 49132059604

Endereço: João Alves do Nascimento, 1452

Documentos Solicitados

021481/018 - Geral: Projeto de Lei



**Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais**



OFÍCIO Nº : 043/2020

ASSUNTO : Encaminha Projeto de Lei.

SERVIÇO : Gabinete do Prefeito.

DATA : 02/12/2020

Senhor Presidente,

Pelo presente encaminhamos a esta Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar nº 005/2020, que **"DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG – SCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"** em regime de **URGÊNCIA**.

Na oportunidade, renovamos a V. Ex^a e demais Edis votos de real apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Deiró Moreira Marra

Prefeito Municipal

EXMº SR.

FLORISVALDO JOSÉ DE SOUZA

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO.

PATROCÍNIO – MG

**Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais**



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Dirijo-me às Vossas Excelências para encaminhar o Projeto de Lei Complementar nº 005/2020, que **“DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG – SCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar o Sistema de Controle Interno do Município de Patrocínio. Controle Interno é o conjunto de atividades administrativas, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos para assegurar que os objetivos da Administração sejam alcançados, de forma confiável, concreta, eficiente e eficaz, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão até a consecução dos objetivos fixados de modo a primar e zelar pelos princípios que norteiam a Administração Pública.

Visa proteger o patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade dos dados contábeis, promover eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pelo gestor. Além disso, oferece alternativas de melhoria de atuação de cada setor, visando à qualidade, transparência e, sobretudo, à probidade administrativa.

O Município de Patrocínio já possui o Controle Interno atuando, porém, visando o alcance e melhoria do mesmo é imperiosa a reestruturação desse sistema operacional a fim de prevenir a ocorrência de erros e irregularidades bem como minimizar suas consequências e maximar o desempenho da Administração.

Salientamos ainda que tal estruturação foi recomendada pelo Tribunal de Contas do Estado e incluído no projeto de acessibilidade e

**Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais**



transparência que o Município vem desenvolvendo desde 2019 junto à Agenda Pública e Instituto Ethos.

Sabedor do espírito público que tem comandado as ações desta Edilidade, apresento cordiais saudações requerendo a aprovação do mesmo **em regime de urgência.**

Atenciosamente,

Deiró Moreira Marra

Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais**



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005 DE 02 DE DEZEEMBRO DE 2020.

**DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO
DE PATROCÍNIO/MG – SCI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Patrocínio/MG, por seus representantes na Câmara de Vereadores, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei;

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Controle Interno do Município de Patrocínio/MG – SCI, que visa assegurar ao Poder Executivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos e a avaliação dos resultados obtidos pela Administração.

Parágrafo único. A atuação do SCI será prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, priorizando-se a atuação prévia, sempre que possível, por intermédio das ações previstas nesta Lei e em seus atos regulamentares.

CAPÍTULO II

DAS CONCEITUAÇÕES

Art. 2º - O Controle Interno do Município de Patrocínio/MG compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela Administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações,

Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais



avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 3º - Entende-se por Sistema de Controle Interno – SCI o conjunto de atividades de controle exercidas em todos os níveis e órgãos da estrutura organizacional, da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, compreendendo:

I – o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia, objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica da unidade controlada;

II – o controle pelas diversas unidades da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III – o controle sobre o uso e guarda dos bens pertencentes ao Município, efetuado pelos órgãos próprios;

IV – o controle orçamentário e financeiro sobre as receitas e as aplicações dos recursos, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e de Contabilidade e Finanças;

V – o controle exercido pela Controladoria Geral do Município – CGM, destinado a avaliar a eficiência e eficácia do SCI e a assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos aos incisos I a VI, do art., 59, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/00.

§1º. O controle exercido pela Controladoria Geral do Município – CGM será realizado por meio de auditoria, sem prejuízo das recomendações, pareceres e dos relatórios expedidos, quando se mostrar necessário ou quando exigido por lei.

§2º. Entende-se por auditoria o minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as

**Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais**



orientações e normas legais.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL – SCI

Art. 4º - O SCI atuará com a seguinte organização:

I – Controladoria Geral do Município – CGM;

II – Unidades executoras do SCI.

Seção I

Da Controladoria Geral do Município – CGM

Art.5º - O Controle Interno do Município será exercido sob a coordenação e supervisão da Controladoria Geral do Município – CGM, que se constituirá em unidade assessoramento e apoio, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, a qual, como órgão central do SCI, atuará em todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, com a independência profissional necessária para o desempenho de suas atribuições.

§1º Compete à CGM, por intermédio do Controlador Geral do Município:

I – coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno Municipal, promover a sua integração operacional e orientar a expedição dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

II – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal

Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais



de Contas do Estado, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselhos Gestores de Políticas Públicas e com a Câmara de Vereadores, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

III – assessorar a Administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e, em situações específicas, quanto à legalidade dos atos de gestão;

IV – medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelas unidades executoras do SCI, através da atividade de auditoria interna, conforme planejamento constante de Plano Anual de Auditoria – PAA;

V – realizar auditorias específicas em unidades da Administração Direta voltadas a aferir a regularidade na aplicação de recursos recebidos através de convênios e em entidades de direito privado, voltadas a aferir a regularidade na aplicação de recursos transferidos pelo Município;

VI – realizar auditorias específicas sobre o cumprimento de contratos firmados pelo Município na qualidade de contratante e sobre os permissionários e concessionários de serviços públicos;

VII – examinar as fases de execução da despesa, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

VIII – avaliar, em nível macro, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos do Município;

IX – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas em ações e serviços de saúde;

X – exercer o acompanhamento sobre o cumprimento das metas